

Reunião da Subcomissão Regional da Zona Sul, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras

A Agência Portuguesa do Ambiente promoveu a 3 de abril uma reunião da Subcomissão Regional da Zona Sul, da Comissão de Gestão de Albufeiras com o objetivo principal de avaliar o ponto de situação das disponibilidades hídricas na região a sul do rio Tejo, bem como as medidas de contingência e de preparação necessárias para as situações mais críticas. A reunião realizou-se nas instalações da Associação de Regantes de Odivelas, em Ferreira do Alentejo.

Os trabalhos foram dirigidos pelo Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, IP, Eng. Pimenta Machado e decorreram de acordo com a seguinte agenda:

1. Aprovação da ordem de trabalhos.
2. Ponto de situação do ano hidrológico 2018/2019.
3. Identificação de potenciais constrangimentos face à previsão de evolução das disponibilidades hídricas.
4. Outras medidas a assumir no atual ano hidrológico:
 1. Transferências do Alqueva
 2. Campanhas de sensibilização
 3. Medidas de preparação
5. Outros assuntos.

As principais questões identificadas nesta reunião permitiram identificar que se torna necessário adotar medidas de gestão com carácter de emergência, de urgência e a médio/longo prazo, questões essas que se prendem ainda com problemas situados a quatro níveis distintos:

- Naturais: valores de precipitação abaixo do normal, nomeadamente na região a sul do rio Tejo;
- Planeamento: Dar continuidade às ações planeadas de transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana no ano hidrológico 2018/2019
- Contingência: articular os usos existentes nas situações mais críticas identificadas, tendo em atenção as necessidades dos usos prioritários;
- Estruturais: dar continuidade aos trabalhos de ligações hidráulicas entre albufeiras existentes;

Na bacia do Sado a albufeira do Monte da Rocha, sem ligação ao Alqueva, representa por isso a situação mais complicada. Apesar de ter existido reposição dos níveis de armazenamento com a precipitação ocorrida em março e abril de 2018 esta albufeira apenas atingiu o valor máximo de 30% da sua capacidade total em junho de 2018. A partir desta data o volume tem diminuído

Subcomissão Regional da Zona Sul

estando em valores de 12% (volume útil a 31 de março de 2019 7 065 000 m³). A reserva disponível tem de ser gerida considerando em primeiro lugar as prioridades, considerando que até ao final do ano 1,5 hm³ corresponde à evaporação:

- Assegurar os volumes necessários para abastecer os 18500 habitantes, residentes nos municípios de Almodôvar, Castro Verde, Mértola, Odemira e Ourique – 1 hm³/ano + 2 anos = 3 hm³.
- Rega de 200 hectares de olival dependentes desta albufeira, localizados fora da zona abrangida pelo sistema de Alqueva, 2,5 hm³.

A Associação de Regantes referiu que é mais um ano que os associados não conseguem desenvolver as suas atividades, nomeadamente na área que apenas pode beneficiar da albufeira do Monte da Rocha. A restante área pode beneficiar de alguma água que vem do sistema Alqueva mas para além dos custos o volume que é possível transferir ainda não permite uma recuperação total. Em termos de qualidade de água e até à data tem mantido uma qualidade aceitável. Mantem-se, de qualquer forma, uma avaliação diária dos níveis desta albufeira.

Na bacia do Guadiana a albufeira da Vigia é a que apresenta maior criticidade. Embora com possibilidade de ligação Alqueva os caudais são muito diminutos, cerca de 100 l/s. Os níveis de armazenamento totais observados a 31 de março de 2019 são da ordem dos 24%, correspondendo a volume útil de 2 857 000 m³

Nesta albufeira também existem duas utilizações importantes, rega e abastecimento público. Desde setembro de 2017 que existe uma ligação da água proveniente do Alqueva diretamente à Estação Elevatória da Vigia. Tendo em consideração as estimativas dos consumos e evaporação até final de dezembro, bem como o reforço à albufeira através do Alqueva vai permitir apenas a rega dos olivais dependentes desta albufeira.

A albufeira de Santa Clara tem um volume morto muito significativo e o seu acesso implica a bombagem com custos acrescidos ao nível da produção agrícola.

Foi ainda manifestado pelos presentes a importância de dar seguimento à implementação da gestão dos empreendimentos de fins múltiplos, definido no Decreto-lei n.º 311/2007.